

Mensagem nº 432

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Os méritos do Senhor Mario Vilalva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de julho de 2016.

Brasília, 12 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARIO VILALVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIO VILALVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 489 - C. Civil.

Em 28 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARIO VILALVA

CPF.: 410.190.327-15

ID.: 6387 MRE

1953 Filho de Milton Castanheda Vilalva e Carolina Carmen Bardaro Vilalva, nasce em 28 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1976 Bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal

1981 CAD - IRBr

1993 CAE - IRBr, "A política externa da África do Sul: do isolamento à convência. Reflexões sobre as relações com o Brasil".

Cargos:

1976 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário

1984 Primeiro-Secretário, por merecimento

1989 Conselheiro, por merecimento

1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1976 Divisão da América Meridional-I, assistente

1976-78 Departamento das Américas, assessor

1978-82 Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1982-85 Embaixada em Pretória, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1985-87 Embaixada em Roma, Primeiro-Secretário

1987-90 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor

1990-91 Cerimonial da Presidência da República, adjunto

1991-93 Embaixada em Lisboa, Conselheiro

1993-96 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador, Introdutor Diplomático e Subchefe

1996-99 Consulado-Geral em Boston, Cônsul-Geral

1999-2000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretário de Assuntos Internacionais e Secretário-Executivo da Comissão de Financiamento Externo

2000-06 Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral

2006-10 Embaixada em Santiago, Embaixador

2010- Embaixada em Lisboa, Embaixador

Condecorações:

1978 Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Cavaleiro

1995 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial

1995 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador

1995 Ordem do Mérito da Itália, Grande Oficial

1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador

1995 Ordem do Mérito Nacional da Alemanha, Grande Oficial

1996 Ordem Nacional do Mérito da França, Comendador

2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

2002 Ordem do Mérito da Polônia, Oficial

2003 Ordem Manuel Amador Guerrero, Panamá, Grande Oficial

2003 Ordem do Mérito Civil da Espanha, Grã-Cruz

2003 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz

2003	Ordem Real do Mérito da Noruega, Grande Oficial
2003	Ordem do Cedro, Líbano, Comendador
2004	Ordem do Sol, Peru, Grã-Cruz
2004	Ordem de Maio, Argentina, Grã-Cruz
2006	Legión d'Honneur, França, Oficial
2008	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
2009	Medalha do Pacificador, Brasil
2010	Ordem do Mérito do Chile, Grã-Cruz
2014	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa I

ALEMANHA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Julho de 2016

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Federal da Alemanha
GENTÍLICO	alemão
CAPITAL	Berlim
ÁREA	357.375,62 km²
POPULAÇÃO	81,8 milhões
IDIOMA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo romano (29,5%); protestantismo (27,9%); islamismo (4,6-5,2%); outras (0,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Parlamento (Bundestag) e Conselho Federal (Bundesrat)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Joachim Gauck (desde 18 de março de 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Federal Angela Merkel (desde 22 de novembro de 2005)
MINISTRO DO EXTERIOR	Frank-Walter Steinmeier (desde 17 de dezembro de 2013)
PIB NOMINAL (2015)	US\$ 3.355,77 bilhões
PIB PPP (2015)	US\$ 3.848,27 bilhões
PIB “per capita” NOMINAL (2015)	US\$ 41.024,08
PIB “per capita” PPP (2015)	US\$ 47.044,87
VARIAÇÃO DO PIB	1,5% (2015); 1,6% (2014); 0,4% (2013); 0,6% (2012)
IDH (2014)	0,916 (6ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	80,9 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	Informação não disponível
TAXA DE DESEMPREGO	5,3% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Dirk Brengelmann
COMUNIDADE BRASILEIRA	Há registro de 113.716 brasileiros residentes na Alemanha

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ALEMANHA, em US\$ milhões (fonte: MDIC)								
Brasil → Alemanha	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	7.329,3	7.344,3	11.176,8	15.880,5	16.043,5	24.252,8	21.734,8	15.558,5
Exportações	2.504,1	3.140,3	5.032,3	7.211,4	6.175,0	9.039,1	6.551,7	5.178,9
Importações	4.825,2	4.204,0	6.144,5	8.669,1	9.868,5	15.213,7	15.183,1	10.379,6
Saldo	-2.321,0	-1.063,7	-1.112,1	-1.457,7	-3.693,5	-6.174,6	-8.631,5	-5.200,7

Informação elaborada em 11 de julho de 2016, por Daniel Afonso da Silva. Revisada por Daniel Afonso da Silva.

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Alemanha é país localizado na Europa Central, banhado pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira com Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, República Tcheca e Suíça. Seu território estende-se por mais de 357 mil quilômetros quadrados. A população é de aproximadamente 81,8 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Berlim. A língua oficial é o alemão.

O processo de construção da identidade germânica remonta à expansão romana pelo centro da Europa, a partir do século I a.C., que finalmente estabeleceria as fronteiras romanas nos rios Reno e Danúbio. Durante as Idades Média e Moderna, os territórios atualmente pertencentes à Alemanha encontravam-se fragmentados em inúmeras unidades territoriais independentes (reinos, principados, cidades-estados).

No século XIX, a resistência à invasão napoleônica catalisou nova fase do processo de formação de consciência nacional, que movimentos culturais associados ao Romantismo – com fulcro na consolidação de língua comum – se esforçariam por cultivar. Em 1871, o poder militar da Prússia (Estado que teve seu núcleo original nos territórios do antigo Eleitor de Brandemburgo), apoiado no nacionalismo alemão, logrou unificar o país, proclamando o Segundo Império Alemão (o primeiro tendo sido o Sacro-Império Romano-Germânico).

A derrota na Primeira Grande Guerra levou à derrocada do Segundo Império e à inauguração da República de Weimar, que duraria até a ascensão dos nazistas, em 1933. Em 1945, novamente derrotada, a Alemanha padeceria a ocupação e a divisão de seu território entre as potências vencedoras. Em 1949, a integração das áreas de ocupação norte-americana, britânica e francesa fez surgir a República Federal da Alemanha (RFA). A zona de ocupação soviética, por sua vez, daria origem à República Democrática Alemã (RDA). A reunificação aconteceria somente em 1990, com a absorção da RDA pela RFA. Em 1957, ao lado de Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, a RFA tornou-se membro fundador da Comunidade Econômica Europeia, embrião do que viria a ser a União Europeia.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOACHIM GAUCK

Presidente Federal da Alemanha



Nasceu a 24 de janeiro de 1940 em Rostock, na Pomerânia. Estudou teologia, graduando-se em 1965, e tornou-se pastor luterano em 1967. Casou-se em 1959 com uma amiga de infância, Hansi, com quem teve quatro filhos. O casal separou-se em 1991, e, desde 2000, Gauck vive com a jornalista Daniela Schadt.

Cresceu na República Democrática Alemã (RDA). Seu pai, ex-capitão de marinha e membro do Partido Nacional-Socialista, foi preso e deportado para campo de trabalhos forçados na Sibéria. Nos limites estritos da atuação da Igreja Luterana, Gauck atuou como dissidente do regime comunista. Com a Reunificação Alemã, em 1990, foi designado pelo então Chanceler Helmut Kohl para chefiar os trabalhos de abertura dos arquivos da Stasi, a polícia secreta da RDA. Exerceu a função até 2000. Desde 2003, preside a Associação contra o Esquecimento, devotada à divulgação das violações de direitos humanos cometidas pelo regime.

Com a renúncia de Christian Wulff, em fevereiro de 2012, Gauck foi eleito, em 18 de março, por consenso entre democratas-cristãos, social-democratas, democratas livres (liberais) e verdes.

Angela Merkel
Chanceler da República Federal da Alemanha



Nasceu em Hamburgo, em 1954. Kursou Física na Universidade Karl-Marx (Leipzig). Doutora em Física pela Academia de Ciências de Berlim.

Ingressou na política em 1989, aos 35 anos, após a queda do muro. Em 1990, foi designada pelo Chanceler Federal Helmut Kohl Ministra para Mulheres e Juventude. Assumiu o Ministério do Meio Ambiente em 1994. Em 1998, foi alçada à Secretaria-Geral da CDU. Em abril de 2000, chegou à Presidência de seu partido.

Em novembro de 2005, Merkel tornou-se a primeira mulher a assumir a Chefia do Governo alemão, à frente de “Grande Coalizão” entre CDU/CSU e SPD. Em 2009, foi reconduzida ao cargo pela aliança CDU/CSU-FDP. A Chanceler Federal Angela Merkel foi reconfirmada no cargo, pela segunda vez, após vitória nas eleições de setembro de 2013. Seu partido, a União Democrata-Cristã, obteve 41,5% dos votos válidos e governa em coalizão com o Partido Social-Democrata.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre o Brasil e a Alemanha é, tradicionalmente, sólido e denso. Os laços intensos entre os dois países remontam ao início do século XIX, quando o Brasil recebeu milhares de imigrantes alemães, especialmente no sul do País. Hoje, cerca de 10% da população brasileira têm ascendência alemã. O relacionamento bilateral é marcado por ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais como o meio ambiente, os direitos humanos e a reforma das estruturas de governança, como o Conselho de Segurança da ONU. No terreno bilateral, para além da solidez dos laços econômico-comerciais, há importantes iniciativas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, educação, cooperação técnica, energia, meio ambiente e desenvolvimento urbano. O reconhecimento, por ambos os países, da natureza estratégica do relacionamento motivou sua elevação ao patamar de Parceria Estratégica, em 2002.

A visita da Presidente Dilma Rousseff à Alemanha, em março de 2012, prestou-se a relançar, em novos moldes, a Parceria Estratégica estabelecida em 2002. A visita — marcada pela participação brasileira na CeBIT (Centro de Automação, Tecnologia da Informação e Telecomunicações), que teve o Brasil como país-tema — demonstrou o interesse brasileiro em tornar temas como inovação, educação e pequenas e médias empresas prioridades da cooperação bilateral. O Brasil reconhece na Alemanha parceiro fundamental para garantir novo salto de competitividade, ancorado na capacitação tecnológica e na inovação.

Em janeiro de 2013, em encontro que mantiveram à margem da 1ª Cúpula CELAC-UE, a Presidente Dilma Rousseff e a Chanceler Angela Merkel decidiram estabelecer mecanismo de consultas bilaterais de alto nível. Trata-se de instrumento de caráter muito especial e exclusivo que a Alemanha mantém com poucos países e que consiste em encontro periódico dos Chefes de Governo, acompanhados dos membros de seus respectivos Gabinetes. Além dos principais parceiros europeus, a Alemanha estendeu esse mecanismo de consultas, recentemente, a Rússia, China, Índia e Brasil. Além de permitir a avaliação e a promoção da parceria em áreas tradicionais do relacionamento como comércio e investimentos, ciência e tecnologia, educação, energia e meio ambiente, o mecanismo objetiva identificar novas áreas e projetos para cooperação e desenvolver o diálogo sobre temas globais.

A realização da primeira edição das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível Brasil-Alemanha, em 19 e 20 de agosto de 2015, evidenciou o caráter estratégico que os dois países atribuem a suas relações e o empenho em fazer avançar a parceria bilateral em diversas áreas. A Chanceler Merkel viajou ao Brasil acompanhada de sete Ministros e cinco Vice-Ministros. Além de reuniões conjuntas, houve encontros em separado entre os Ministros alemães e seus homólogos brasileiros. Foram obtidos resultados concretos que se refletiram no Comunicado Conjunto das Chefes de Governo, na Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima e nos demais dezoito acordos e declarações firmados e adotados na ocasião. O seguimento e a implementação das decisões tomadas nas Consultas de Alto Nível têm envolvido o diálogo frequente entre autoridades de ambos os lados, por meio de mecanismos de coordenação especializados nas áreas de ciência e tecnologia, energia, assuntos consulares e jurídicos e política cibernética.

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), por exemplo, recebeu destaque como um dos principais vetores da relação bilateral nas reuniões das Consultas de Alto Nível. Na ocasião, foram assinados atos nas áreas de bioeconomia, pesquisa marinha, terras raras, mudança do clima e inovação aplicada aos processos produtivos.

À luz das experiências bem sucedidas da Alemanha no setor de inovação, há grande potencial ainda a ser explorado nessa matéria, por meio de parcerias entre empresas e institutos de pesquisa e ensino dos dois países. Exemplos de êxito no tocante a iniciativas de cooperação em CT&I implementadas nos últimos anos são: o envolvimento da Sociedade Fraunhofer na estruturação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e dos Sistemas Senai de Inovação; a parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério Federal da Economia e Energia (BMWí) para o financiamento de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) – e o lançamento de edital com esse propósito; e o acordo entre os Estados de Santa Catarina e de Berlim para promoção de pesquisa e inovação na área de tecnologias ópticas avançadas. O estabelecimento do programa Ciência sem Fronteiras, por sua vez, elevou a cooperação educacional entre o Brasil e a Alemanha a novo patamar, com a ida de mais de 6.500 estudantes e pesquisadores brasileiros a instituições de ensino superior alemãs, nos últimos quatro anos.

A cooperação Brasil-Alemanha em matéria de meio ambiente é antiga. São tradicionais as iniciativas de cooperação no âmbito do combate ao desmatamento, por exemplo. Mais recentemente, a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), programa financiado, em parte, pela instituição alemã de fomento ao desenvolvimento KfW, oferece eloquente exemplo dos benefícios resultantes dessa cooperação.

A Declaração Conjunta Brasil-Alemanha sobre Mudança do Clima, adotada por ocasião das Consultas, consubstanciou o fortalecimento da cooperação bilateral em temas ambientais. Lançada no contexto da preparação à 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Paris, em dezembro de 2015, a Declaração Conjunta demonstrou o empenho de ambos os países em contribuir para o êxito das negociações que resultaram no Acordo de Paris. Ao mesmo tempo, a Declaração estabeleceu novos programas de cooperação e intensificou iniciativas existentes, com vistas ao combate ao desmatamento na Amazônia, à recuperação de áreas degradadas em todo o território brasileiro e ao apoio a investimentos em energias renováveis e em programas de desenvolvimento urbano sustentável.

A Alemanha anunciou aporte de recursos de até EUR 582,4 milhões, entre doações e linhas de créditos a juros reduzidos, incluindo EUR 100 milhões doados pelo Governo alemão ao Fundo Amazônia. Além do volume de recursos envolvidos, destaca-se a qualidade e a diversidade de iniciativas contempladas, que deverão permitir ao Brasil completar e aprimorar o CAR e o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). A experiência da cooperação Brasil-Alemanha em meio ambiente constitui referência global e guarda, nesse sentido, potencial para replicação a iniciativas de cooperação trilateral, principalmente em países em desenvolvimento com florestas tropicais.

No tocante à cooperação em energia, destacam-se o compromisso mútuo com a promoção das fontes renováveis, bem como a complementariedade a ser explorada para promoção de investimentos no Brasil a partir da experiência alemã com usinas eólicas e fotovoltaicas. À guisa de exemplo, registra-se o acordo assinado, em 2014, pelo BNDES e o KfW, para mobilização de EUR 265 milhões para investimentos em usinas eólicas no Brasil. No contexto das Consultas de Alto Nível, cabe destacar a decisão de relançar o Diálogo Bilateral em Energia, com a criação de foro empresarial específico e a elevação do nível político do diálogo ao de Vice-Ministros. Estão em andamento discussões com vistas à realização da próxima reunião do Diálogo Bilateral, já em seu novo formato, concomitantemente à próxima edição do Encontro Econômico Brasil-Alemanha.

As relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Alemanha são, tradicionalmente, robustas. Nas primeiras décadas do século XX, o mercado brasileiro mostrou-se de fundamental importância para a indústria alemã. Capitais alemães ajudaram a financiar o primeiro surto industrial brasileiro e, nas décadas de 60 e 70, a criação do moderno parque industrial do Brasil coincidiu com o início do processo de internacionalização das empresas alemãs. As cerca de 1.600 empresas alemãs hoje no Brasil respondem por quase 10% do PIB industrial brasileiro. Somente no Estado de

São Paulo, estão instaladas mais de 800 empresas alemãs – que geram mais de 250 mil empregos diretos –, tendo-se tornado costumeiro dizer que a cidade de São Paulo é a maior cidade industrial alemã fora da Alemanha. Os mecanismos de diálogo econômico entre o Brasil e a Alemanha - a saber, o Encontro Econômico Brasil-Alemanha e a Comissão Mista de Cooperação Econômica - estão em vigor há mais de três décadas. Em 2015, tiveram lugar, em Joinville, Santa Catarina, a 33a edição do Encontro Econômico e a 42a edição da Comissão Mista, com a participação do Secretário-Geral das Relações Exteriores e centenas de empresários e outros representantes dos Governos brasileiro e alemão. Na ocasião, ocorreram novas edições do Fórum de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), criado há cinco anos, com vistas a dinamizar o diálogo entre as PMEs dos dois países, especialmente as de alto conteúdo tecnológico, bem como do Fórum de Inovação, iniciativa recente com o propósito de explorar possibilidades de parceria na inovação aplicada a processos produtivos. As edições de 2016 do Encontro Econômico e da Comista terão lugar nas cidades de Erfurt e Weimar, na Turíngia, em 17 e 18 de outubro.

A Alemanha é dos maiores investidores no Brasil. De acordo com estatísticas do Banco Central, o estoque de investimentos da Alemanha no Brasil foi de US\$ 18.192 milhões em 2014 (última estatística disponível). No que tange à presença de empresas brasileiras na Alemanha, o investimento brasileiro acumulou estoque de US\$ 208 milhões em 2014 (última estatística disponível).

No campo dos investimentos das grandes empresas alemãs com presença tradicional no Brasil, registra-se a inauguração, em junho de 2015, da primeira fábrica de ácido acrílico e superabsorventes da BASF na América do Sul, em Camaçari, na Bahia. Com investimento superior a US\$ 550 milhões, foi o maior aporte da BASF na América do Sul.

Em dezembro de 2013, a BMW iniciou a construção da sua primeira fábrica na América do Sul, localizada em Araquari, norte de Santa Catarina. O investimento total foi superior a US\$ 220 milhões, com capacidade de produção anual de 30 mil unidades de modelos variados. A criação prevista de empregos é de 1.300 postos de trabalho. Em outubro de 2014, foi montado o primeiro automóvel e, em outubro de 2015, foi ultimado o restante das obras da nova fábrica.

A Mercedes Benz anunciou, em agosto de 2013, plano de construção de nova montadora de automóveis em Iracemápolis, interior de São Paulo. A filial brasileira deverá produzir os modelos da classe C, e o SUV compacto GLA, a partir de 2016, com investimento de cerca de US\$ 180 milhões e previsão de geração de 1.000 empregos diretos quando totalmente operacional. Ademais, a empresa anunciou, em outubro de 2013, investimentos de R\$ 1 bilhão em pesquisa e modernização nas fábricas de caminhões e ônibus no Brasil, em 2014 e 2015.

A Volkswagen, de sua parte, iniciou a venda do modelo Golf nacional em setembro de 2015, com investimento em torno de R\$ 520 milhões. A empresa anunciou, ainda, em junho de 2015, investimento de R\$ 460 milhões na fábrica de motores de São Carlos, São Paulo, a ser integralizado até 2018, para iniciar a produção no País de propulsores com tecnologia TSI, que, segundo a montadora, melhoraria o desempenho do motor com menor consumo de combustível. Os investimentos planejados pela VW do Brasil para o período de 2012 a 2018 somam R\$ 10 bilhões.

Ante o quadro da economia brasileira, o setor empresarial alemão tem adotado atitude cautelosa quanto a novos investimentos, mas expressa confiança na recuperação econômica do Brasil e reafirma seu interesse em participar de programas de concessões de obras públicas. Exemplos recentes, nesse sentido, foram a participação exitosa da München Flughafen, em associação com o aeroporto de Zurique e a CCR, na licitação do aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, e de algumas empresas alemãs na construção e renovação de estádios para a Copa do Mundo de 2014.

A Alemanha é o quarto maior parceiro comercial do Brasil, após a China, os EUA e a Argentina. É, também, o maior parceiro comercial do Brasil na UE. O comércio Brasil-Alemanha, que se mantinha em patamar de US\$ 6 a 7 bilhões até 2003, passou a US\$ 24,5 bilhões, em 2011. Recentemente, o valor do comércio tem-se reduzido, como resultado da desaceleração da economia brasileira e da redução dos preços de matérias-primas. Em 2015, o comércio bilateral registrou o valor de US\$ 15,5 bilhões, decréscimo de 24% frente a 2014.

A balança comercial entre os dois países é tradicionalmente desfavorável ao Brasil (desde 1992, o País registra elevados déficits comerciais com a Alemanha) e caracterizada, grosso modo, por exportações brasileiras de produtos básicos e de importações de bens industrializados. Nota-se, no entanto, na pauta de exportações brasileiras, também a presença de bens de alto valor agregado, como aeronaves, máquinas industriais e equipamentos. Em 2015, as exportações do Brasil para a Alemanha montaram a US\$ 5,2 bilhões, diminuição de 22% frente a 2014. As importações foram de US\$ 10,4 bilhões, redução de 25% em comparação com o ano de 2014.

No período de janeiro a maio de 2016, o comércio bilateral entre o Brasil e a Alemanha foi de US\$ 5,7 bilhões, o que representou recuo percentual de 18% nas trocas bilaterais. As exportações foram de US\$ 2 bilhões, redução de 17% em comparação com o mesmo período de 2015. As importações do Brasil montaram a US\$ 3,70 bilhões, redução de 19% frente ao mesmo período de 2015.

A Alemanha tem apoiado o prosseguimento das negociações para acordo de livre comércio entre o Brasil e a UE e contribuiu para fazer avançarem os entendimentos que permitiram a realização da troca de ofertas em maio último.

Assuntos Consulares

Estima-se em 113.716 pessoas a comunidade brasileira na Alemanha. Há 43 brasileiros presos, cumprindo pena ou aguardando julgamento. Além do setor consular da Embaixada em Berlim, os cidadãos brasileiros contam com Consulados-Gerais em Frankfurt e Munique. Há consulados honorários em Bremen, Hamburgo, Hannover, Aachen, Düsseldorf, Heidelberg, Nuremberg e Stuttgart.

As demandas são diversas, mas concentram-se em serviços consulares (melhoria do atendimento, diminuição dos emolumentos consulares e mudanças nos meios de pagamento disponíveis), em questões trabalhistas e previdenciárias, especialmente na execução do Acordo Previdenciário Brasil-Alemanha e no enfrentamento do tráfico de pessoas e da violência doméstica, principalmente contra a mulher.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Alemanha.

POLÍTICA INTERNA

A Alemanha é uma República Federativa, com sistema de governo parlamentarista. O Poder Executivo é encabeçado pelo Chanceler Federal (Bundeskanzler), Chefe do Governo. O Presidente Federal (Bundespräsident) exerce a função de Chefe do Estado. O Poder Legislativo federal compõe-se de duas casas: a Câmara Baixa (Bundestag) e a Câmara Alta (Bundesrat). O Poder Judiciário tem como instância máxima o Tribunal Constitucional Federal (Bundesverfassungsgericht).

Como Chefe do Estado, o Presidente Federal detém algumas atribuições executivas, mas seu papel é basicamente protocolar. A Lei Fundamental (Grundgesetz) garante-lhe, por exemplo, a competência de assinar acordos e tratados internacionais, mas a formulação e a execução da política externa cabem ao Governo,

chefiado pelo Chanceler Federal. O atual Presidente é Joachim Gauck, sem filiação partidária, no cargo desde 2012.

O Presidente é eleito de forma indireta, pela Assembleia Federal (Bundesversammlung), que se reúne exclusivamente para esse fim. Metade da Assembleia é formada pelos parlamentares do Bundestag e a outra metade, por delegados escolhidos pelas Assembleias Legislativas dos 16 Estados (Länder). O mandato presidencial é de cinco anos, sendo permitida uma única reeleição. Está prevista a realização de eleições presidenciais em fevereiro de 2017, após o anúncio, em junho corrente, de que o atual Presidente não concorrerá à reeleição.

No sistema parlamentarista alemão, o Poder Executivo convive diretamente com o Legislativo, pois o Chanceler Federal e seus Ministros são, em geral, parlamentares e frequentam as sessões plenárias do Bundestag.

Desde a fundação da República Federal da Alemanha, em 1949, o Governo Federal sempre foi composto por coalizões, em razão da dificuldade de um único partido obter maioria absoluta no Parlamento. O costume tem sido a agremiação política de maior bancada buscar parceiro(s) para formar maioria, eleger o Chanceler Federal e compor o Gabinete de Governo. As eleições gerais para o Bundestag, diretas, têm lugar de quatro em quatro anos.

Após expressiva votação de seu partido, a União Democrata-Cristã (CDU, centro-direita), nas últimas eleições parlamentares, em setembro de 2013, Angela Merkel foi reconduzida ao cargo de Chanceler, que ocupa pela terceira vez consecutiva. A CDU e seu partido-irmão na Baviera, a União Social-Cristã (CSU), firmaram acordo com o Partido Social-Democrata (SPD, centro-esquerda) para a formação de novo Governo (a chamada "Grande Coalizão", por controlar cerca de 80% dos assentos no Parlamento). O Presidente do SPD e Vice-Chanceler da Alemanha, Sigmar Gabriel, assumiu a pasta de Economia e Energia. A composição atual do Bundestag, com 630 deputados, é a seguinte: 310 parlamentares da CDU/CSU; 193 do SPD; 64 do Die Linke (esquerda); 63 da Aliança 90/Verdes (esquerda).

A negociação da crise da dívida da Grécia, em 2015, concluiu ciclo de grande sintonia entre os principais partidos políticos e alta popularidade da Chanceler Merkel. Com a irrupção da crise dos refugiados, no segundo semestre de 2015, ocorreram alterações importantes no equilíbrio político, tendo sido conferida força inesperada a movimentos e partidos de extrema direita, particularmente o Alternativa para a Alemanha (AfD), que adotou, recentemente, discurso anti-imigração. A decisão da Chanceler de acolher refugiados sem estabelecer limites ao seu ingresso foi, inicialmente, recebida com entusiasmo. No entanto, ante a intensificação do fluxo de pessoas e as dificuldades que começaram a aflorar relativas à capacidade do país de

acolher números tão significativos de entrantes, a política adotada por Merkel passou a ser criticada de forma mais ou menos contundente, mesmo por membros relevantes dos partidos da base de sustentação do Governo. A Coalizão tem procurado introduzir medidas de acolhimento e integração de migrantes e a própria Chanceler engajou-se na viabilização de acordo entre a União Europeia e a Turquia. Tem sido fonte de crescente preocupação o recrudescimento da violência política de extrema direita, com grande número de ataques contra refugiados (mais de 1.000 em 2015). As agressões sexuais contra mulheres em Colônia, durante o Réveillon, praticadas alegadamente por homens de aparência norte-africana e árabe, contribuíram também para acirrar o debate em torno da questão dos refugiados. De todo modo, apesar de o apoio ao Governo manter-se em níveis relativamente baixos em comparação com a situação de meados de 2015 (cerca de 50%), Merkel tem conseguido manter o controle sobre seu partido e continua a ser o único nome capaz de manter unida a Grande Coalizão.

As próximas eleições gerais na Alemanha terão lugar no segundo semestre de 2017. Antes da crise dos refugiados, Angela Merkel era considerada imbatível. No presente cenário, seu nome permanece competitivo, mas já não há o mesmo sentimento de inevitabilidade de sua vitória, embora nomes alternativos em seu partido não tenham ganhado projeção. As pesquisas indicam, ainda, possível maior fragmentação do cenário político a partir de 2017, com até seis partidos representados no Bundestag (além dos quatro atuais, AFD poderia conseguir assentos e o FDP – liberais – retornaria ao Parlamento, depois de permanecer fora durante uma legislatura).

Poder Legislativo

O Legislativo da República Federal da Alemanha é bicameral. O Parlamento (Bundestag) é composto, na atual legislatura, por 630 deputados eleitos para mandato de quatro anos (o sistema eleitoral é o distrital misto). O Conselho Federal (Bundesrat) é composto por representantes dos 16 estados da Federação. Cada estado tem seu parlamento, que elege o governador (Ministerpräsident).

Poder Judiciário

Na Alemanha, o órgão supremo do poder judiciário é a Corte Constitucional Federal (Bundesverfassungsgericht), sediada em Karlsruhe (enquanto os outros poderes têm suas sedes em Berlim). Os estados contam com cortes constitucionais estaduais, uma para cada um dos 16 estados.

POLÍTICA EXTERNA

Ao iniciar sua gestão, em dezembro de 2013, o Ministro Federal do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, indicou a necessidade de revitalização das "coordenadas básicas" da política externa alemã: i) redefinição da política para a Europa e aprofundamento do projeto comunitário de integração; ii) reestruturação das relações transatlânticas; iii) política externa mais ativa e mais engajada na promoção da paz e da ordem mundial, no âmbito das Nações Unidas e das organizações internacionais. O Ministro alemão também sinalizou a necessidade de relançamento da política europeia para o Leste, com foco no estabelecimento de relação mais cooperativa com Moscou.

As crises que se sucederam no continente europeu, nos últimos anos, obrigaram a política externa alemã a reavaliar suas prioridades e atuar além de suas zonas de conforto históricas. Da Alemanha, esperaram-se liderança e protagonismo no contexto da crise na Crimeia, no âmbito do recrudescimento do conflito na Ucrânia, bem como no contexto das respostas do continente à ascensão do "Estado Islâmico", na Síria e no Iraque. As decisões internas do país no tratamento da crise de refugiados, a partir do segundo semestre de 2015, traçaram os contornos do debate europeu sobre o tema. Avalia-se que, sem a insistência alemã em adotar políticas europeias para buscar reduzir o fluxo de refugiados, o acordo entre a UE e a Turquia para gestão da crise migratória não teria sido obtido e os países do continente teriam aprofundado medidas "ad hoc" de fechamento de fronteiras, com possíveis impactos sobre o Espaço Schengen e a livre movimentação de pessoas.

A difícil realidade do entorno regional tem corroborado avaliação de Steinmeier de que a Europa – e, particularmente, a Alemanha – não teria opção de adotar estratégia de inação, uma vez que os desequilíbrios têm provocado consequências domésticas diretas, na forma de ameaças à segurança (terrorismo), riscos econômicos (acesso a recursos energéticos e efeitos de sanções no comércio com a Rússia) e desafios político-sociais (acolhimento e integração de crescente contingente de refugiados e migrantes).

Acostumada a manter-se à margem de alguns dos principais debates e iniciativas internacionais, a Alemanha tem buscado hoje conciliar seus princípios tradicionais de política externa e sua aversão a intervenções militares com a necessidade de maior engajamento internacional, por vezes ocupando posição de liderança. Ainda com cautela, mas de forma visível, Berlim tem fornecido apoio às operações contra o "Estado Islâmico" no Oriente Médio, bem como intensificado sua participação em missões no Mediterrâneo e no Norte da África (Mali), ao mesmo tempo em que são discutidas internamente mudanças no papel de suas Forças

Armadas. O foco de sua atuação tem permanecido firme, entretanto, na função de "facilitadora" de negociações diplomáticas – por exemplo, no tocante ao conflito na Síria e à crise na Ucrânia, bem como no que tange às conversações sobre o dossiê nuclear iraniano.

A anexação da Crimeia, a crise política na Ucrânia e o respaldo do Kremlin a rebeldes separatistas no leste do país conduziram as relações teuto-russas a seu patamar mais crítico desde o término da Guerra Fria. A Alemanha, secundada pela França, logrou, por meio dos acordos Minsk II, em fevereiro de 2015, a obtenção de cessar-fogo. Berlim continua a defender a manutenção das sanções europeias contra a Rússia, apesar de críticas de parte de sua comunidade empresarial e de divergências no âmbito da Grande Coalizão governista (lideranças do SPD advogam a retirada das sanções, ainda que de forma gradual e vinculada à implementação dos acordos).

A vitória do Brexit no referendo britânico de 23 de junho corrente e o percebido fortalecimento eleitoral de forças políticas ultranacionalistas e eurocéticas em diversas partes do continente têm demandado ação e reflexão da Alemanha sobre o futuro do projeto europeu. O anterior consenso sobre a integração também vem diminuindo no plano interno. A negociação com o Reino Unido sobre sua saída do bloco, bem como a percebida necessidade de reformar a UE deverão ocupar o centro das atenções do Governo Merkel nos próximos meses, fazendo com que a política externa alemã venha a concentrar-se no entorno regional imediato e na instabilidade das fronteiras externas do continente.

De resto, as diversas arestas entre Berlim e Ancara, surgidas na negociação do acordo UE-Turquia para gestão da crise migratória – acentuadas, em junho corrente, por decisão do Bundestag de qualificar de "genocídio" o massacre sofrido por armênios e outros grupos no território do então Império Otomano, durante a Primeira Guerra Mundial -, conferiram às relações com a Turquia caráter prioritário.

Cumprе ressaltar, por fim, que, em seus aspectos principais, as posições da política externa da Alemanha aproximam-se das do Brasil - por exemplo, no concernente à ênfase na utilização de meios pacíficos para a solução de conflitos, à necessidade de reforma das estruturas de governança global e à defesa de princípios e de regras internacionais nos campos de direitos humanos, direito à privacidade, entre outros.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia alemã é a maior da Europa e a quarta maior do mundo, depois dos EUA, da China e do Japão. O país conta com força de trabalho altamente qualificada,

o que lhe permite especializar-se na produção de bens de alta e média tecnologias (sobretudo máquinas, equipamentos, produtos químicos, farmacêuticos e automóveis). A indústria, com forte componente de pequenas e médias empresas (PMEs), responde por 30,5% do PIB.

A economia alemã vem passando, desde 2014, por período de crescimento estável e moderado do PIB (0,3% em 2013; 1,6% em 2014; 1,7% em 2015; previsões de 1,7% em 2016 e 1,5% em 2017), impulsionado pelo dinamismo de seu setor exportador e pelo consumo privado, que se tem beneficiado de taxas sustentáveis de emprego e de aumentos salariais e do poder de compra. Os gastos com o tratamento e a acomodação de refugiados também têm sido fonte de estímulo adicional para a demanda, assim como o cenário europeu de juros muito baixos.

Nos últimos anos, motor importante do crescimento passou a ser, portanto, o consumo doméstico, relativizando o peso tradicional do setor externo. O bom desempenho econômico vem assegurando maior crescimento das importações sobre as exportações, embora se observem recordes históricos de superávits na balança comercial. A melhor atividade econômica tem permitido, ainda, a manutenção de taxas inéditas de emprego, sem se verificar, contudo, impacto significativo sobre o nível de preços.

No âmbito fiscal-orçamentário, o Governo alemão tem seguido rígida política de austeridade, pouco criticada internamente, justificada a partir do objetivo de reduzir a dívida pública total da Alemanha, assim como de conter os efeitos negativos, no médio prazo, do envelhecimento da população e, no curto prazo, do grande afluxo de refugiados. Desde 2015, o equilíbrio orçamentário tornou-se meta do Governo, sem previsão de novos endividamentos.

Maior credor da Europa, o país vê a si mesmo como âncora da estabilidade no continente, pregando o discurso de austeridade aos demais parceiros europeus, como verificado na crise da dívida da Grécia, em 2015. A relação dívida pública/PIB da Alemanha vem decrescendo desde 2012, podendo chegar a 70% ainda neste ano (75% do PIB em 2014; 72%, em 2015).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2015 - A Alemanha, juntamente com a França, torna-se fiadora do Acordo Minsk II, entre Rússia e Ucrânia
2013 - Nova coalizão CDU/CSU e SPD, com renovação do mandato de Angela Merkel
2011 - Início do processo de abandono da energia nuclear
2009 - Nova coalizão CDU/CSU e FDP, com renovação do mandato de Angela Merkel
2009 - Retração econômica entre -4% e -5%; pior resultado desde 1945
2005 - Grande Coalizão CDU/CSU e SPD, sob a chefia da Chanceler Angela Merkel
2004/2007 - Ampliação da UE, com a inclusão de oito países do Centro-Leste europeu
2002 - Reeleição da coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder
2001 - Alemanha envia tropas ao Afeganistão
1999 - Envio de tropas alemãs ao Kosovo, sob a OTAN
1998 - Eleições gerais. Coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder.
1998 - Aprovação da adoção do Euro pelo Parlamento
1993 - Soldados alemães participam de voos de reconhecimento na Bósnia. Primeira participação em operações militares desde a Segunda Guerra
1991 - Transferência da capital de Bonn para Berlim
1990 - Extinção da RDA; reunificação (3.10); primeira eleição para o Parlamento da Alemanha unificada (2.12); Helmut Kohl (CDU): primeiro Chanceler Federal
1989 - Queda do Muro de Berlim (9 de novembro)
1972 - Willy Brandt (SPD) ajoelha-se no memorial da revolta dos judeus do gueto de Varsóvia, em gesto de reconciliação da Alemanha
1963 - Tratado da amizade entre a França (De Gaulle) e a Alemanha (Adenauer)
1961 - Construção do Muro de Berlim em 13 de agosto
1959 - O SPD adota o "Programa de Godesberg" e compromete-se com a economia social de mercado praticada pela CDU/CSU desde 1949
1957 - A República Federal da Alemanha assinou, em Roma, o Tratado de Fundação da Comunidade Econômica Europeia
1949 - Oficializada a divisão entre Leste e Oeste e entrada em vigor da constituição da RDA (7/10)
1949 - Elege-se o primeiro parlamento e Konrad Adenauer (CDU) torna-se Chanceler Federal (14/8)
1949 - Promulgação da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha (23/5)
1948 - Ante a introdução do marco alemão nas zonas de ocupação ocidentais a URSS interditou as conexões por terra para Berlim Ocidental (24/6/48). Os aliados estabeleceram ponte aérea para abastecer Berlim Ocidental
1945 - Fim da Segunda Guerra Mundial, em 8/5/45. A Alemanha é dividida em 4 zonas de ocupação e Berlim em 4 setores
1939 - Início da II Guerra Mundial, em 1/9, com a invasão da Polônia pela Alemanha
1933 - Adolf Hitler torna-se Chanceler do Reich

1932 - O NSDAP (partido nacional-socialista) vence as eleições
1919 - Eleições para a Assembleia Nacional. Estabelecimento da República de Weimar
1919 - Assinatura do Tratado de Paz de Paz de Versalhes
1918 - O Imperador Guilherme II abdicou e o social-democrata Philipp Scheidemann proclamou a República
1914-1918 - O Imperador Guilherme II isolou a Alemanha na política externa, levando o país à I Guerra Mundial
1871 - Guilherme I proclamado Imperador alemão em Versalhes (18/1)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2016 - O Ministro Mauro Vieira participa da 52ª Conferência de Segurança de Munique
2015 - Visita do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, ao Brasil (fevereiro). Visita da Chanceler Angela Merkel e primeira edição das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível (agosto)
2014 - Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Berlim
2013 - Visita do Presidente Federal Joachim Gauck. Ano da Alemanha no Brasil
2013 - O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participa da 49ª Conferência de Segurança de Munique
2013 - Em encontro durante a Cúpula CELAC-UE, a Presidente Dilma Rousseff e a Chanceler Angela Merkel decidem estabelecer mecanismo de consultas intergovernamentais de alto nível
2012 – Visita da Senhora Presidente da República à Alemanha, em março
2012 – Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em fevereiro
2011 – Visita do Presidente Federal Christian Wulff ao Brasil, em maio
2010 - Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em março
2009 - Visita de Estado do Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro
2008 - Assinatura do Acordo sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública. Assinatura do Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética
2008 - Visita oficial da Chanceler Angela Merkel, em maio
2007 - Visita oficial do Presidente Federal Horst Köhler
2007 - Viagem do Presidente Lula para a Cúpula do G-8, em Heiligendamm
2006 - Visita oficial do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier
2005 - Assinatura de Acordo sobre o Estatuto das Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados e Acordo sobre Co-Produção Cinematográfica
2003 - O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Alemanha, quatro semanas após ser empossado
2002 e 2003 - Assinatura de Acordos sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais (em vigor)
2002 - O Chanceler Federal Schröder visita o Brasil
1999 - O Presidente Fernando Henrique Cardoso encontra-se com o Chanceler Federal Gerhard Schröder, em abril, em Bonn
1996 - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil. Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica (em vigor) e Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico (em vigor)
1995 - O Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a RFA. O Presidente Federal Roman Herzog retribui a visita.

1993 - Klaus Kinkel, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil
1991 - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil
1990 - Fernando Collor de Mello, presidente eleito, visita a RFA
1983 - Assinatura de Acordo sobre Transporte Marítimo (em vigor)
1981 - O Presidente João Figueiredo visita a Alemanha
1979 - O chanceler Helmut Schmidt visita o Brasil
1978 - O Presidente Ernesto Geisel visita a RFA
1975 - Assinatura de Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (em vigor) ; Assinatura de Acordo para Evitar a Dupla Tributação (denunciado pela Alemanha em 2005)
1974 - Assinatura de Acordo constitutivo da Comissão Mista de Cooperação Econômica (em vigor) e Acordo sobre Cooperação Agrícola (em vigor)
1973 - Assinatura de Acordo sobre Pesquisa Espacial (em vigor)
1970 - Sequestro do Embaixador da Alemanha no Brasil
1969 - Assinatura de Acordo Cultural (em vigor)
1968 - Willy Brandt, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil e propõe "parceria ampliada"
1964 - O Presidente alemão Heinrich Lübke visita o Brasil e assegura investimentos alemães no país. Assinatura de Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares (em vigor)
1961 - O Brasil abole a proibição do ensino de alemão nas escolas públicas
1959 - Inauguração da montadora da Volkswagen em São Bernardo do Campo
1956 - Visita do Presidente eleito Juscelino Kubitschek a Bonn
1954 - A Siderúrgica Mannesmann é a primeira grande companhia alemã a instalar-se no Brasil
1951 - Abertura de Embaixada da RFA no Rio de Janeiro (julho). Abertura de Embaixada do Brasil em Bonn (novembro)
1942 - Anúncio do Rompimento das Relações Diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (28 de janeiro). Reconhecimento do Estado de beligerância com Alemanha e Itália (22 de agosto)
1917 - Navio brasileiro é torpedeado, na costa francesa, por navio alemão (3 de abril). O Brasil suspende as relações diplomáticas com a Alemanha (11 de abril) e declara guerra ao Império Alemão (27 de outubro)
1910 - Envio de Missão Militar alemã ao Brasil com o objetivo de cooperar na reorganização e modernização do exército brasileiro
1902 - O Barão do Rio Branco é nomeado Ministro das Relações Exteriores
1900 - O Barão do Rio Branco é nomeado Ministro Plenipotenciário em Berlim
1896 - Revogação do "Rescrito de Heydt"
1871 - Incorporação do "Rescrito de Heydt" pelo Império Alemão
1859 - Após a divulgação de notícias sobre as más condições de vida e de trabalho dos imigrantes alemães, a Prússia proíbe o recrutamento de imigrantes, com o "Rescrito de Heydt"

1827 - Assinatura de Tratados de Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Reino da Prússia e entre o Império do Brasil e as cidades hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo
1826 - Abertura do Consulado do Brasil em Hamburgo
1825 - Reconhecimento, pela Prússia e as cidades hanseáticas, da independência do Brasil, após acordo celebrado entre Brasil e Portugal
1824 - Após a promulgação da Constituição, que oficializava a soberania do Estado e permitia a imigração de pessoas não católicas, inicia-se a colonização alemã no Brasil, com a chegada dos primeiros imigrantes na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul
1822 - Major Jorge Antonio Schäffer é enviado por Dom Pedro para a corte de Viena e cortes alemãs, para recrutar colonos e conseguir soldados para o Corpo de Estrangeiros no Rio de Janeiro.

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	08/11/2010	07/06/2013	19/08/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil o Governo da República da Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública.	06/11/2008	29/01/2010	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular	14/02/2008	01/03/2010	22/02/2010
Acordo sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados	01/06/2005	12/02/2009	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-produção Cinematográfica	17/02/2005	20/11/2007	20/02/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira	27/11/2003	29/09/2008	04/12/2008

(2000/2001)			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos na Área de Preservação das Florestas Tropicais	10/06/2003	24/05/2004	29/07/2004
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos - Reforço"	10/03/1999	19/05/2000	20/06/2000
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24 de outubro de 1991.	26/05/1997	04/08/1999	06/10/1999
Protocolo de Intenções sobre a Realização de um Projeto Conjunto na Área de Recolhimento, do Tratamento e da Disposição Final de Resíduos Urbanos.	17/09/1996	17/09/1996	25/09/1996
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área de Transporte.	17/09/1996		25/09/1996
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	17/09/1996	09/03/1998	07/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	20/03/1996	18/02/1997	09/04/1997
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Estudos Técnico, Econômico e de Impacto Ambiental para a Melhoria do Transporte de Carga e Passageiros, no	06/04/1995	28/10/1995	18/10/1995

Corredor Rio de Janeiro/São Paulo-Campinas, inclusive em seus Acessos aos Portos da Região".			
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos".	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas".	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Proteção da Mata Atlântica/Paraná.	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Marítimo.	17/11/1992	19/05/1995	29/08/1995
Acordo, por Troca de Notas, para a Consecução dos Compromissos ao Abrigo do Expirado Acordo de Comércio e Pagamento com a RDA.	22/10/1992	22/10/1992	19/11/1992
Acordo sobre Cooperação Financeira no Montante de 304.858.202,00 Marcos Alemães	24/10/1991		29/06/1992
Memorando de Entendimento entre o MME e o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha.	29/08/1989	29/09/1989	22/11/1989
Relativo ao Procedimento para a Certificação de Produtos Aeronáuticos	26/09/1987	26/09/1987	09/10/1987

Protocolo sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Saneamento Básico no Ceará".	11/06/1987		19/06/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Abastecimento de Energia Elétrica na Região São Francisco/Bahia Ocidental.	11/06/1987		19/06/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Saneamento Básico no Espírito Santo".	11/06/1987		19/05/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Banco do Desenvolvimento BNDES IX/PROMICO".	11/06/1987		19/05/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira	19/10/1984		31/10/1984
Convênio Especial entre o CNPq e a Deutsche Forschungsgemeinschaft (DPG), Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico de 09/06/69.	15/12/1983	25/10/1984	13/12/1984
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 25 Milhões para Abastecimento de Energia na Área Rural do Estado de Alagoas e Estudo de Viabilidade para o Desenvolvimento Agrícola no Vale do Rio Mearim).	09/12/1983	09/12/1983	15/12/1983
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 20 Milhões para o Projeto	09/12/1983		15/12/1983

PROVARZEAS/ES).			
Protocolo sobre Cooperação Financeira	02/07/1982	02/07/1982	15/07/1982
Protocolo sobre Cooperação Financeira, (empréstimo de DM 56,74 milhões).	12/06/1981		17/07/1981
Acordo para Substituição do Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de agosto de 1957	19/12/1979	19/12/1979	11/03/1980
Acordo sobre Cooperação Financeira	01/11/1979		20/11/1979
Protocolo sobre Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães)	04/04/1979		24/04/1979
Protocolo sobre Cooperação Financeira (no montante de 26 milhões de marcos alemães)	04/04/1979		24/04/1979
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transporte Marítimo, de 4/04/79	04/04/1979		24/04/1979
Acordo sobre Transporte Marítimo	04/04/1979	22/10/1983	09/11/1983
Convênio Especial entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich	08/03/1978	15/06/1978	29/09/1978
Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe Ltda. sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	08/03/1978	31/05/1978	03/10/1978
Protocolo sobre Cooperação Financeira	18/11/1975		02/12/1975

Protocolo sobre Cooperação Financeira no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães	18/11/1975		02/12/1975
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	27/06/1975	18/11/1975	02/12/1975
Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola	21/01/1975		28/02/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira	07/03/1974		13/03/1974
Acordo sobre Pesquisa Espacial e Memorando de Entendimento entre o CNPq , o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha e a NASA	19/10/1973		27/11/1973
Acordo para a Aprovação de um Adendo ao Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisa Nuclear, em Jülich, sobre Cooperação Científico- Tecnológica. Complemento do Acordo Geral de 9/06/69	04/10/1973	04/10/1973	27/11/1973
Protocolo sobre Cooperação Financeira	31/07/1972		07/08/1972
Convênio sobre a Entrada de Navios Nucleares em Águas Brasileiras e sua Permanência em Portos Brasileiros	07/06/1972	04/09/1974	25/12/1974
Acordo de Radioamadorismo	11/04/1972		26/04/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado entre o Centro Técnico Aeroespacial do Brasil e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e	18/11/1971		15/03/1972

Espacial, para a Execução de Projeto Científicos			
Acordo de Aprovação de Convênio Especial entre o CNPq e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich	18/11/1971	18/11/1971	15/03/1972
Acordo para a Aprovação de um Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich	23/04/1971		01/06/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira	23/04/1971		27/05/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira	02/10/1970		30/10/1970
Acordo Para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional	28/11/1969		27/05/1971
Convênio Relativo à Troca de Informações, Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisas e do Desenvolvimento Tecnológico	09/06/1969	12/08/1969	17/09/1969
Acordo Cultural	09/06/1969	17/12/1970	27/01/1971
Protocolo de Cooperação Financeira e Ajuste Relativo ao Artigo 3 do Protocolo de Cooperação Financeira de 09/04/69	30/05/1969		01/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira	09/04/1969		18/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira	30/11/1963		07/01/1964
Acordo Sobre Transportes Aéreos Regulares	29/08/1957	15/08/1964	26/08/1964
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos de Tráfego Aéreo a serem	19/08/1957		17/10/1957

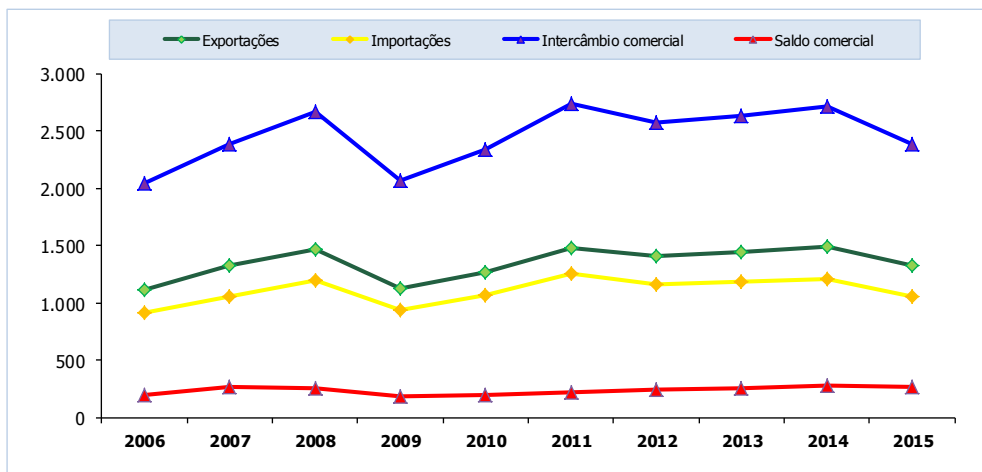
Regulados em Futuros Acordos			
Acordo sobre visto em passaportes	08/07/1957	01/08/1957	14/08/1957
Cooperação Econômica e Financeira, Ajuste Modificativo do Acordo de Investimentos e Financiamentos de 4 de setembro de 1953	01/07/1955		05/08/1955
Acordo sobre Convenções, sobre Propriedade Industrial de 4 de setembro de 1953 - Retificação ao Acordo	20/12/1954	20/12/1954	03/02/1955

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior da Alemanha US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	1.122	14,8%	922	18,3%	2.044	16,3%	200
2007	1.329	18,4%	1.059	14,9%	2.388	16,8%	270
2008	1.466	10,3%	1.204	13,7%	2.670	11,8%	262
2009	1.128	-23,1%	938	-22,1%	2.066	-22,6%	189
2010	1.271	12,7%	1.067	13,7%	2.338	13,2%	204
2011	1.482	16,6%	1.260	18,1%	2.742	17,3%	222
2012	1.410	-4,9%	1.161	-7,9%	2.571	-6,2%	249
2013	1.451	2,9%	1.187	2,2%	2.638	2,6%	264
2014	1.498	3,3%	1.215	2,3%	2.713	2,8%	283
2015	1.331	-11,1%	1.056	-13,1%	2.388	-12,0%	275
2016(jan-mar)	326	-1,2%	259	-1,7%	586	-1,4%	67
Var. % 2006-2015	18,6%	--	14,5%	--	16,8%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

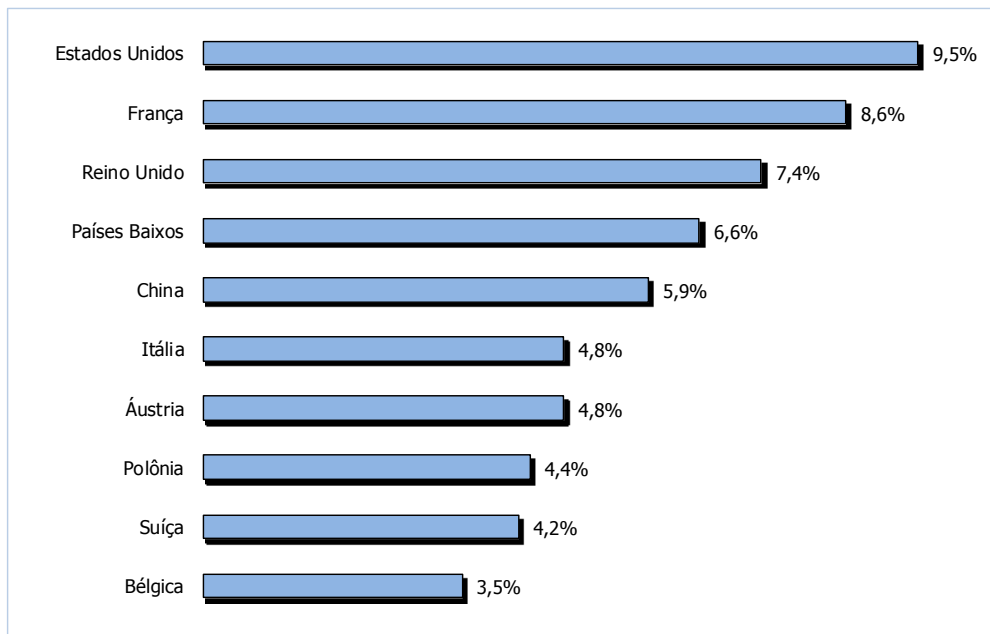


Direção das exportações da Alemanha
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	127	9,5%
França	114	8,6%
Reino Unido	99	7,4%
Países Baixos	88	6,6%
China	79	5,9%
Itália	64	4,8%
Áustria	64	4,8%
Polônia	58	4,4%
Suíça	56	4,2%
Bélgica	46	3,5%
...		
<i>Brasil (26ª posição)</i>	<i>11</i>	<i>0,8%</i>
Subtotal	806	60,5%
Outros países	525	39,5%
Total	1.331	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

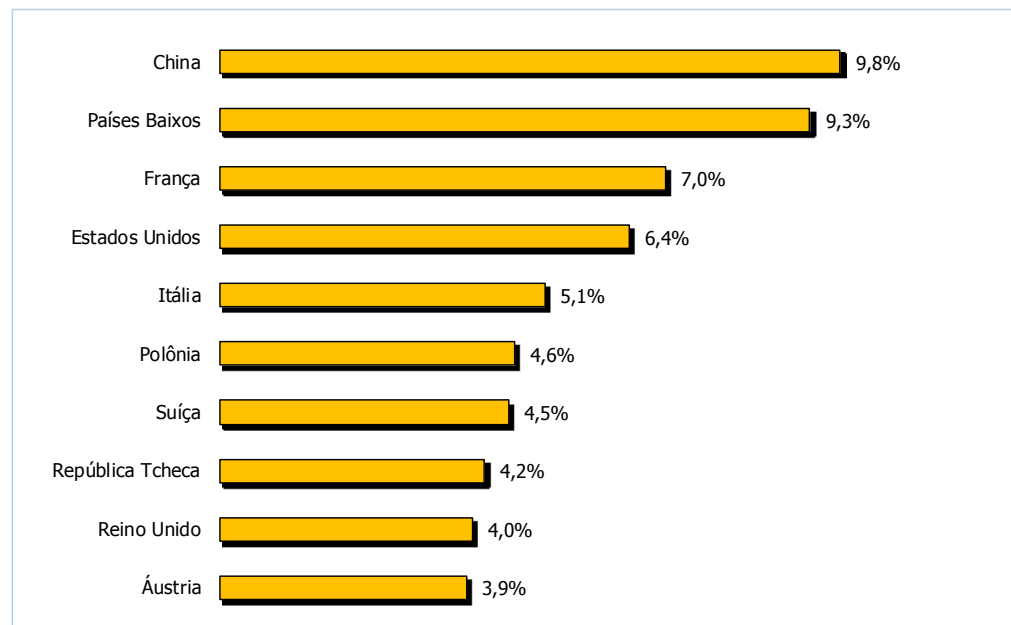


Origem das importações da Alemanha
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
China	103	9,8%
Países Baixos	98	9,3%
França	74	7,0%
Estados Unidos	68	6,4%
Itália	54	5,1%
Polônia	49	4,6%
Suíça	48	4,5%
República Tcheca	44	4,2%
Reino Unido	42	4,0%
Áustria	41	3,9%
...		
<i>Brasil (24ª posição)</i>	<i>9</i>	<i>0,9%</i>
Subtotal	630	59,6%
Outros países	426	40,4%
Total	1.056	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

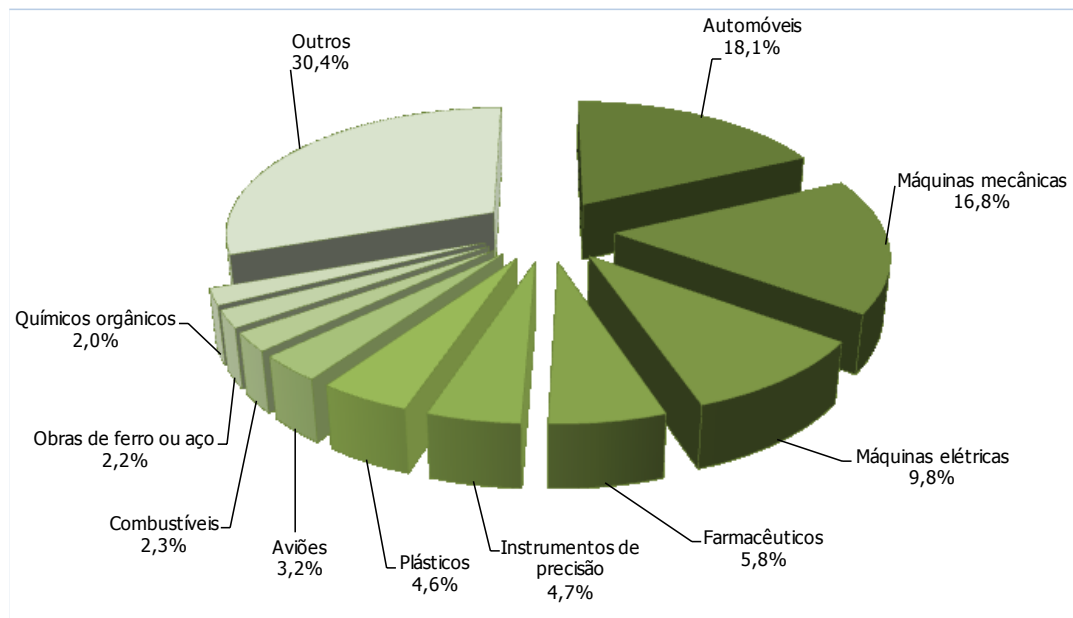


Composição das exportações da Alemanha
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Automóveis	241	18,1%
Máquinas mecânicas	224	16,8%
Máquinas elétricas	131	9,8%
Farmacêuticos	77	5,8%
Instrumentos de precisão	62	4,7%
Plásticos	61	4,6%
Aviões	43	3,2%
Combustíveis	31	2,3%
Obras de ferro ou aço	29	2,2%
Químicos orgânicos	27	2,0%
Subtotal	926	69,6%
Outros	405	30,4%
Total	1.331	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

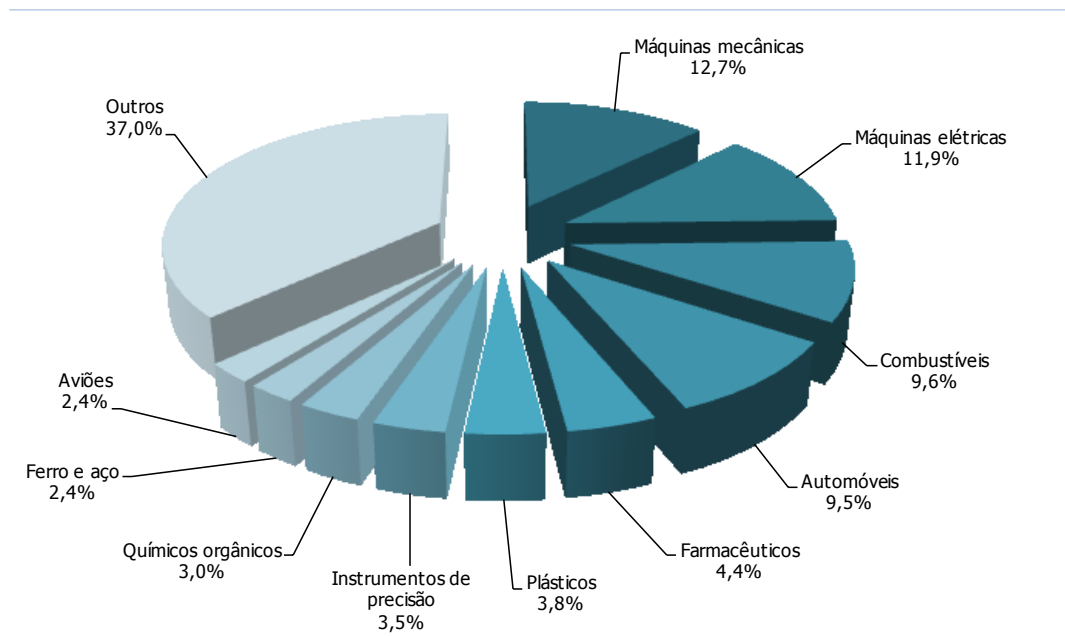


Composição das importações da Alemanha
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas mecânicas	134	12,7%
Máquinas elétricas	126	11,9%
Combustíveis	101	9,6%
Automóveis	100	9,5%
Farmacêuticos	46	4,4%
Plásticos	40	3,8%
Instrumentos de precisão	37	3,5%
Químicos orgânicos	32	3,0%
Ferro e aço	25	2,4%
Aviões	25	2,4%
Subtotal	666	63,0%
Outros	390	37,0%
Total	1.056	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

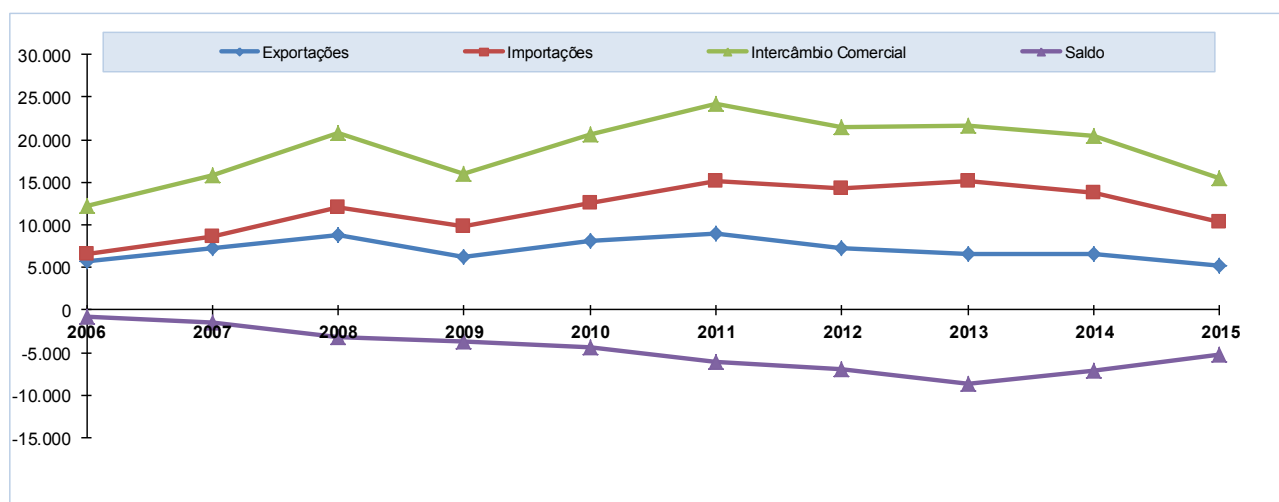
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Alemanha
US\$ milhões

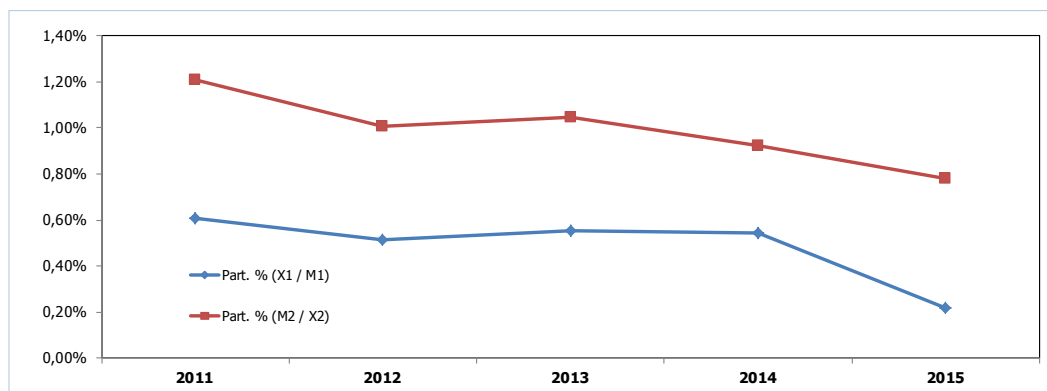
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	5.691	13,1%	4,13%	6.503	5,8%	7,12%	12.194	9,1%	5,32%	-812
2007	7.211	26,7%	4,49%	8.669	33,3%	7,19%	15.880	30,2%	5,65%	-1.458
2008	8.851	22,7%	4,47%	12.027	38,7%	6,95%	20.877	31,5%	6,26%	-3.176
2009	6.175	-30,2%	4,04%	9.869	-17,9%	7,73%	16.043	-23,2%	5,72%	-3.694
2010	8.138	31,8%	4,03%	12.554	27,2%	6,91%	20.692	29,0%	5,39%	-4.415
2011	9.039	11,1%	3,53%	15.214	21,2%	6,72%	24.253	17,2%	5,03%	-6.175
2012	7.277	-19,5%	3,00%	14.212	-6,6%	6,37%	21.489	-11,4%	4,61%	-6.935
2013	6.552	-10,0%	2,71%	15.183	6,8%	6,33%	21.735	1,1%	4,51%	-8.631
2014	6.633	1,2%	2,95%	13.838	-8,9%	6,04%	20.471	-5,8%	4,51%	-7.205
2015	5.179	-21,9%	2,71%	10.380	-25,0%	6,05%	15.558	-24,0%	4,29%	-5.201
2016 (jan-mai)	1.964	-16,8%	1,03%	3.702	-19,0%	2,16%	5.666	-18,3%	4,45%	-1.738
Var. % 2006-2015	-9,0%	--	--	59,6%	--	--	27,6%	--	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



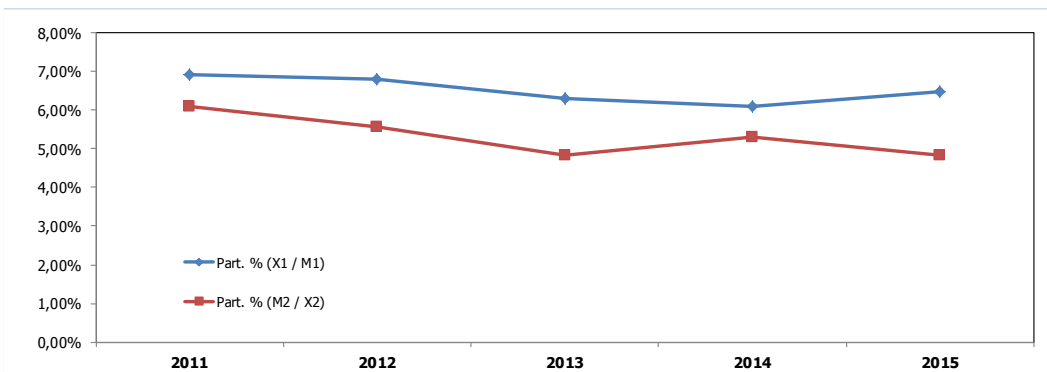
Part. % do Brasil no comércio da Alemanha
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Alemanha (X1)	9.039	7.277	6.552	6.633	5.179	-42,7%
Importações totais da Alemanha (M1)	1.482.202	1.410.130	1.187.315	1.214.956	2.387.534	61,1%
Part. % (X1 / M1)	0,61%	0,52%	0,55%	0,55%	0,22%	-64,4%
Importações do Brasil originárias da Alemanha (M2)	15.214	14.212	15.183	13.838	10.380	-31,8%
Exportações totais da Alemanha (X2)	1.260.298	1.410.130	1.450.951	1.498.158	1.331.194	5,6%
Part. % (M2 / X2)	1,21%	1,01%	1,05%	0,92%	0,78%	-35,4%



Part. % do país no comércio do Brasil
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações da Alemanha para o Brasil (X1)	15.630	15.165	15.148	13.955	11.095	-29,0%
Importações totais do Brasil (M1)	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	-24,2%
Part. % (X1 / M1)	6,91%	6,79%	6,32%	6,09%	6,47%	-6,3%
Importações da Alemanha originárias do Brasil (M2)	15.584	13.505	11.721	11.938	9.254	-40,6%
Exportações totais do Brasil (X2)	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	-25,3%
Part. % (M2 / X2)	6,09%	5,57%	4,84%	5,30%	4,84%	-20,5%

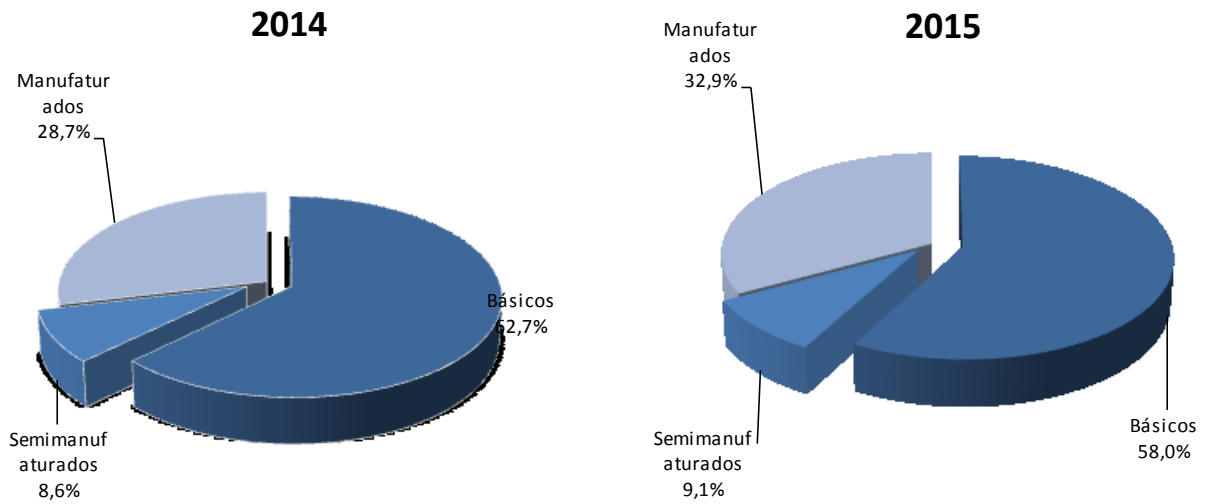


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Cazaquistão e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

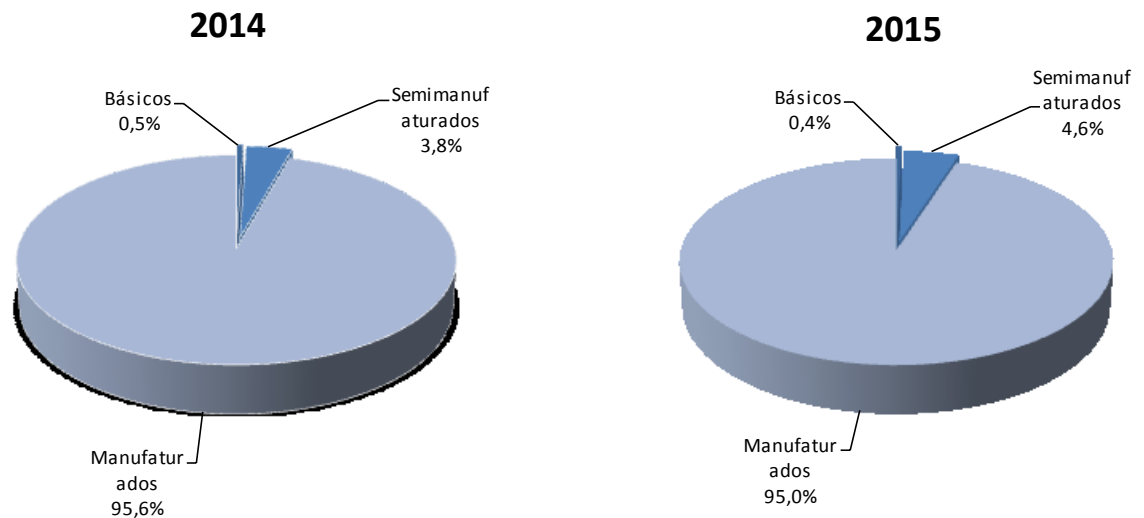
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

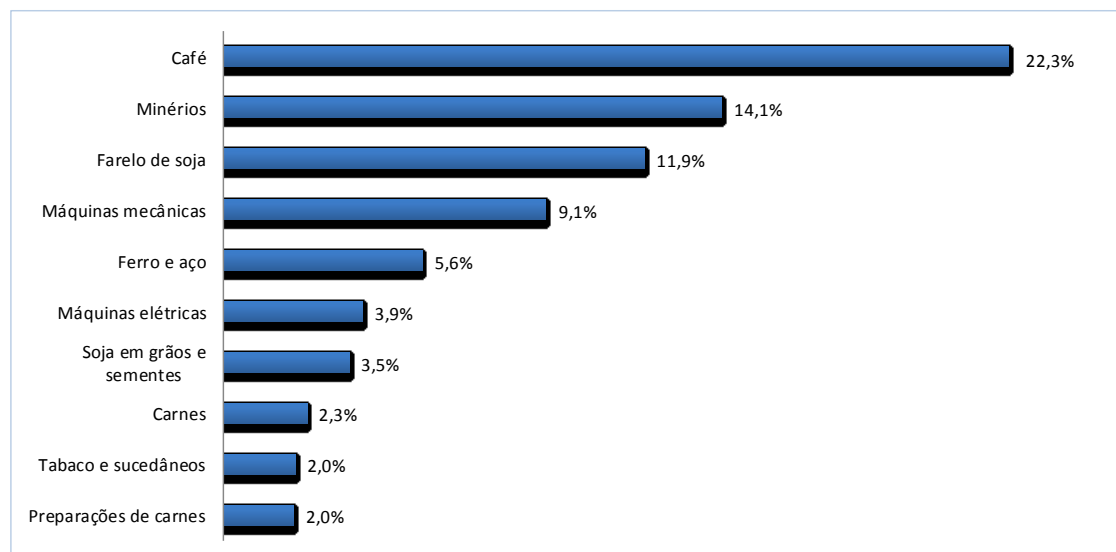
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Alemanha
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café	913	13,9%	1.364	20,6%	1.153	22,3%
Minérios	1.724	26,3%	1.189	17,9%	732	14,1%
Farelo de soja	670	10,2%	806	12,2%	618	11,9%
Máquinas mecânicas	662	10,1%	548	8,3%	473	9,1%
Ferro e aço	97	1,5%	278	4,2%	291	5,6%
Máquinas elétricas	284	4,3%	207	3,1%	203	3,9%
Soja em grãos e sementes	174	2,7%	334	5,0%	183	3,5%
Carnes	109	1,7%	174	2,6%	121	2,3%
Tabaco e sucedâneos	160	2,4%	145	2,2%	104	2,0%
Preparações de carnes	139	2,1%	143	2,2%	102	2,0%
Subtotal	4.932	75,3%	5.188	78,2%	3.980	76,9%
Outros produtos	1.620	24,7%	1.445	21,8%	1.199	23,1%
Total	6.552	100,0%	6.633	100,0%	5.179	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

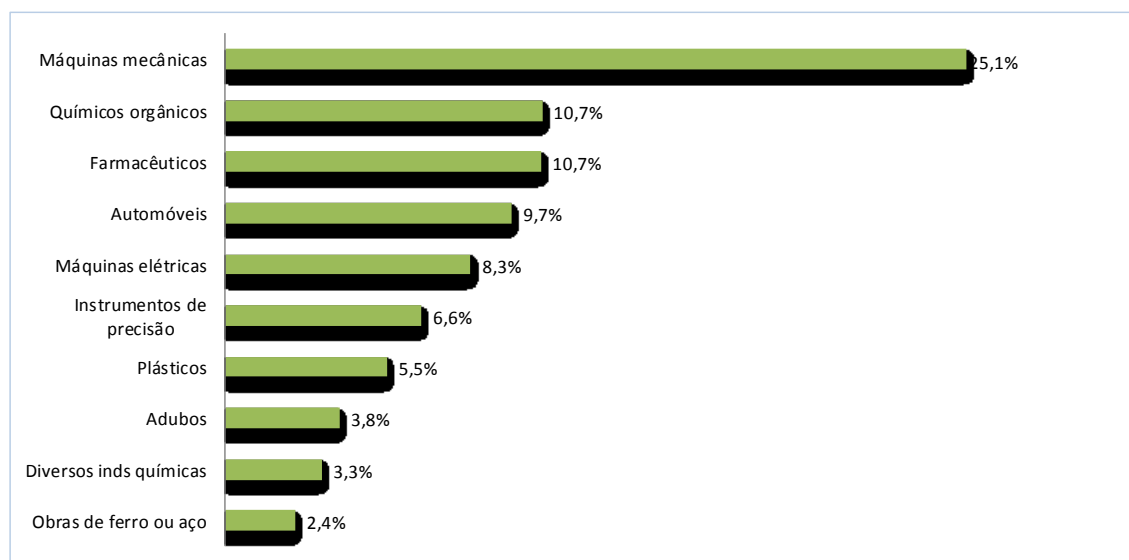


Composição das importações brasileiras originárias da Alemanha
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	3.845	25,3%	3.481	25,2%	2.601	25,1%
Químicos orgânicos	1.316	8,7%	1.327	9,6%	1.112	10,7%
Farmacêuticos	1.420	9,4%	1.402	10,1%	1.108	10,7%
Automóveis	2.063	13,6%	1.815	13,1%	1.003	9,7%
Máquinas elétricas	1.146	7,5%	996	7,2%	860	8,3%
Instrumentos de precisão	1.015	6,7%	937	6,8%	687	6,6%
Plásticos	765	5,0%	709	5,1%	566	5,5%
Adubos	592	3,9%	413	3,0%	399	3,8%
Diversos inds químicas	416	2,7%	404	2,9%	338	3,3%
Obras de ferro ou aço	388	2,6%	349	2,5%	244	2,4%
Subtotal	12.966	85,4%	11.833	85,5%	8.918	85,9%
Outros produtos	2.217	14,6%	2.005	14,5%	1.462	14,1%
Total	15.183	100,0%	13.838	100,0%	10.380	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Café	536	22,7%	383	19,5%	Café 19,5%
Minérios	391	16,6%	242	12,3%	Minérios 12,3%
Farelo de soja	232	9,8%	216	11,0%	Farelo de soja 11,0%
Máquinas mecânicas	190	8,0%	180	9,2%	Máquinas mecânicas 9,2%
Soja em grãos e sementes	136	5,8%	175	8,9%	Soja em grãos e sementes 8,9%
Máquinas elétricas	93	3,9%	97	4,9%	Máquinas elétricas 4,9%
Ferro ou aço	154	6,5%	92	4,7%	Ferro ou aço 4,7%
Aviões	12	0,5%	56	2,9%	Aviões 2,9%
Carnes	44	1,9%	49	2,5%	Carnes 2,5%
Químicos inorgânicos	39	1,7%	48	2,4%	Químicos inorgânicos 2,4%
Subtotal	1.827	77,4%	1.538	78,3%	
Outros produtos	534	22,6%	426	21,7%	
Total	2.361	100,0%	1.964	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Máquinas mecânicas	1.173	25,7%	1.012	27,3%	Máquinas mecânicas 27,3%
Farmacêuticos	510	11,2%	423	11,4%	Farmacêuticos 11,4%
Químicos orgânicos	357	7,8%	341	9,2%	Químicos orgânicos 9,2%
Automóveis	500	10,9%	323	8,7%	Automóveis 8,7%
Máquinas elétricas	427	9,3%	242	6,5%	Máquinas elétricas 6,5%
Instrumentos de precisão	290	6,3%	233	6,3%	Instrumentos de precisão 6,3%
Plásticos	259	5,7%	207	5,6%	Plásticos 5,6%
Adubos	147	3,2%	152	4,1%	Adubos 4,1%
Diversos inds químicas	133	2,9%	123	3,3%	Diversos inds químicas 3,3%
Obras de ferro ou aço	115	2,5%	90	2,4%	Obras de ferro ou aço 2,4%
Subtotal	3.911	85,6%	3.146	85,0%	
Outros produtos	659	14,4%	556	15,0%	
Total	4.570	100,0%	3.702	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.